



EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO MÉDIO GAÚCHO: A AVALIAÇÃO EM FOCO

Tairine Duarte Dias; Denise Grosso da Fonseca

RESUMO

O Ensino Médio do Rio Grande do Sul, tem sido marcado pela implantação da “Proposta Pedagógica para o Ensino Médio Politécnico e Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio – 2011-2014”, a qual se propõe a colocar o Ensino Médio como efetiva etapa final da Educação Básica. Dentre seus princípios destaca-se a Avaliação Emancipatória, foco desta pesquisa, cujo objetivo é compreender como os professores de Educação Física percebem e praticam a avaliação a partir da perspectiva emancipatória. É uma investigação qualitativa, através de observações, entrevista semiestruturada, análise documental e diários de campo, sendo que o presente estudo trará a análise de informações colhidas através de entrevistas semiestruturadas, com seis professores, em duas escolas estaduais, de uma cidade da fronteira oeste do Estado. A análise das informações indica que alguns professores ainda não têm clareza sobre a concepção emancipatória de avaliação e apresentam dificuldades em romper com a lógica quantitativa.

PALAVRAS-CHAVE: Palavras-chave: Ensino Médio; Educação Física; Avaliação Emancipatória.

ABSTRACT

The High School of Rio Grande do Sul, has been marked by the implementation of "pedagogical proposal to the Polytechnic School and the Vocational Education Integrated School - 2011-2014", which aims to put the high school as an effective final stage of Basic education. Among its principles highlight the Emancipation Assessment focus of this research, which objective is to understand how the physical education teachers perceive and practice evaluation from the emancipatory perspective. It is a qualitative research



through observations, semi-structured interviews, document analysis and field diaries, and this study will bring the analysis of information collected through semi-structured interviews with six teachers in two public schools, a city west border of State. The analysis of the information indicates that some teachers still have no clarity about the emancipatory concept of evaluation and have difficulty in breaking the quantitative logic.

KEYWORDS: *High school; Physical Education; Emancipation evaluation.*

RESUMEN

La Escuela Superior de Rio Grande do Sul, se ha caracterizado por la aplicación de la "propuesta pedagógica de la Escuela Politécnica y la Escuela Integrada de Educación Profesional - 2011-2014", cuyo objetivo es poner la escuela secundaria como una etapa final efectivo de La educación básica. Entre sus principios se destaca la Evaluación Emancipatorio, que es el foco desta investigación, cuyo objetivo es entender cómo los profesores de educación física perciben y practican la evaluación desde la perspectiva emancipatoria. Se trata de una investigación cualitativa a través de observaciones, entrevistas semi-estructuradas, análisis de documentos y diarios de campo, y este estudio traerá el análisis de la información recogida a través de entrevistas semiestructuradas con seis profesores en dos escuelas públicas, una ciudad al oeste de la frontera del Estado. El análisis de la información indica que algunos profesores no tienen claridad sobre el concepto de evaluación emancipadora y tienen dificultades para romper la lógica cuantitativa.

PALABRAS CLAVE: *Escuela Secundaria; Educación Física; Evaluación de la Emancipación.*

INTRODUÇÃO

O Ensino Médio do Rio Grande do Sul, RS, vem trilhando, uma caminhada pedagógica ao encontro de novos horizontes para a educação dos jovens gaúchos. Historicamente essa etapa da escolaridade se constituiu como um espaço dual na formação escolar básica, se dividindo entre dois modos de operar o processo educacional. De um



lado uma educação propedêutica, elitizada com o fim de preparar os filhos da classe dominante para o ingresso na universidade e, de outro, uma educação técnica, profissionalizante para os filhos da classe trabalhadora. Com a perspectiva de superar tal dualidade, políticas educacionais, dentre os quais se destaca a “Proposta Pedagógica para o Ensino Médio Politécnico e Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio – 2011-2014”, tem colocado na roda, outras alternativas para esse nível de escolaridade.

A referida proposta é pautada pelos princípios: a) relação parte-totalidade; b) reconhecimento de saberes; c) teoria-prática; d) interdisciplinaridade; e) avaliação emancipatória; e f) pesquisa. Tais princípios orientam a prática pedagógica desde seu compromisso com as classes desprivilegiadas, tentando oferecer uma educação de qualidade, considerando a terminalidade da educação básica e a possibilidade de ingresso na universidade, em consonância com os desafios desta contemporaneidade. Nesse contexto, elegemos como objeto de estudo, a avaliação emancipatória, definindo como questão central a orientar nossa pesquisa o seguinte problema: - Como a nova proposta curricular para o Ensino Médio e as recentes Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) têm implicado na prática pedagógica e avaliação da disciplina de Educação Física (EFi) nas escolas estaduais do RS? A partir desse problema o objetivo deste estudo é compreender como os professores de EFi percebem e praticam a avaliação a partir da perspectiva emancipatória presente nas orientações curriculares.

O ENSINO MÉDIO

O Ensino Médio (EM) no Brasil, ao longo de sua história, tem sido marcado por diferentes momentos sendo recorrentemente identificado como um período de escolaridade indefinido, ainda em busca de sua identidade. Surge no bojo da educação jesuítica com um caráter exclusivamente propedêutico, como um espaço seletivo, com o objetivo de preparar a elite local para exames de ingresso ao ensino superior. Portanto, parte de um modelo seletivo e excludente, demarcando os limites das classes sociais que se estabeleceram no Brasil colônia e continua, ao longo de séculos/décadas, reforçando e aprofundando suas diferenças na medida em que assume uma dualidade quando define duas orientações distintas: uma propedêutica e outra profissionalizante. Tal dualidade se encarrega de



manter e perpetuar um *status quo* no qual uma parcela da sociedade tem reforçados seus privilégios enquanto outra é submetida a diferentes mecanismos de discriminação, impossibilidade de ascensão e até mesmo exclusão social.

Estudos evidenciam que os movimentos legislativos e pedagógicos empreendidos a partir das macro políticas educacionais até então estabelecidas, se mostram pouco efetivos diante das demandas sociais, econômicas, educativas e culturais que acompanham os jovens que circulam nos espaços desse nível de escolarização, não possibilitando os avanços necessários em relação ao desempenho, acesso e permanência dos estudantes.

Nesse contexto, as DCNEM/2012 têm como propósito superar a histórica fragmentação que acompanha a trajetória do EM buscando a construção de novas perspectivas pedagógicas para enfrentar as dissonâncias que impedem a decolagem segura e efetiva dessa etapa da escolaridade básica. Desse movimento emerge a Proposta Pedagógica para o Ensino Médio Politécnico e Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio do RS- PPEMP (2001-2014) em que a integração dos conhecimentos entre si e a interlocução entre os eixos ciência, tecnologia, cultura e trabalho, defendidas, se consubstanciam na perspectiva de que o contexto faz parte de algo global, onde “o global é mais que o contexto, é o conjunto das diversas partes ligadas a ele de modo inter-retroativo ou organizacional. Dessa maneira, uma sociedade é mais que um contexto: é o todo organizador de que fazemos parte.” (Idem, p.37) O que reverbera, sintoniza com a ideia de educação como prática social, com a integração de conhecimentos gerais e técnico – profissionais, na forma da interdisciplinaridade, com a adesão à diversidade que atravessa todas as dimensões dos modos de produção e do processo educativo.

O documento base da proposta do RS defende que a educação do século XXI, coloque o EM como efetiva etapa final da Educação Básica “contemplando a qualificação, a articulação com o mundo do trabalho e práticas produtivas, com responsabilidade e sustentabilidade e com qualidade cidadã (p.4).” E a Educação Física, como se insere na trajetória do Ensino Médio?

A EDUCAÇÃO FÍSICA

De acordo com Castellani Filho (1988), no período colonial, mesmo considerando



o caráter higienista e eugênico que já se anuncia, a EFi encontra barreiras arraigadas nos valores do ordenamento social escravocrata, “por vinculá-la ao trabalho manual, físico, desprestigiadíssimo em relação ao trabalho intelectual, este sim, afeto à classe dominante, enquanto o outro fazia-se pertinente única e tão somente aos escravos.(p.44)” Desde então, passando pelo distintos períodos da história educacional brasileira, a EFi assume diferentes papéis. De acordo com Ghiraldelli (1988), a concepção higienista instalada no império, reforça sua importância como uma disciplina capaz de reeducar a população, no sentido de condicionar hábitos higiênicos e saudáveis. Em 1931, passa a ser absorvida pela concepção militarista, quando o Brasil adota como método oficial o “Regulamento nº7 ou Método Francês¹ e entrega para instituições policiais e militares a formação de profissionais na área. Nesse sentido, de acordo com o autor, a concepção Militarista tem como propósito forjar um homem obediente e adestrado, preparado para servir à pátria. Na continuidade desse processo, e, em consonância com o movimento escolanovista, a Educação Física, confirmando sua identidade liberal, passa a ser identificada não mais com as funções higienista e disciplinadora, mas como uma atividade prioritariamente educativa, capaz de ajudar a adaptar a juventude ao modelo social vigente. Ou seja, “é encarada como algo útil e bom socialmente.” (GUIRALDELLI, 1988, p. 19).

No desenrolar da história, como ressalta Castellani Filho (1988), a partir da LDB 5.692/1971, torna-se contundente a presença instrumental da EFi. O Decreto 69450/1971, define sua caracterização como atividade que contribua com o aprimoramento das potencialidades físicas, morais e psíquicas do indivíduo e tenha a aptidão física como referência fundamental. Nesse contexto, Ghiraldelli (1988) aponta a identidade Tecnicista e Competitivista da Educação Física, a qual assume o modelo do esporte de alto rendimento como paradigma da prática escolar e a abordagem tecnicista como proposta pedagógica a orientar as aulas/treinamento.

¹ O Regulamento nº 7 de Educação Física ou Método Francês, foi tornado obrigatório em todo o território nacional em 1931. (Silvana Goellner) <http://cev.org.br/etc/regulamento/fla01.htm> Consulta em 23/06/2016.



A partir da década de 1980, importantes estudos têm analisado os rumos da EFi, apontando diferentes concepções das quais enfatizamos as que mais se identificam com a escolaridade secundária: a abordagem Saúde Renovada que retoma o caráter biologicista e higienista, através do desenvolvimento da aptidão física, mas trabalhada numa perspectiva inclusiva e de construção da autonomia dos alunos. A abordagem Crítico-superadora que, apoiada nos princípios das pedagogias críticas, defende uma Educação Física contextualizada e comprometida com a transformação social. A abordagem Crítico emancipatória também é referendada em um ensino crítico, na busca da emancipação dos sujeitos.

A Lei 9394/96, estabelece que a EFi passe a ser componente curricular obrigatório da Educação Básica, integrada à proposta pedagógica da escola e, através da lei 10328/2001, tem decretada sua obrigatoriedade. Nesse novo delineamento legislativo a Educação Física detém um novo status pedagógico, cuja legitimidade, no nosso entendimento, passa a ser o grande desafio a ser enfrentado.

A partir dessa LDB, os Parâmetros Curriculares Nacionais (2000 e 2002), orientam a prática pedagógica da Educação Física no EM, como componente da área das linguagens, estabelecendo a inserção e integração dos elementos da Cultura Corporal de movimento numa perspectiva interdisciplinar. Tal perspectiva é reafirmada pela DCNEM/ 2012 e assumida pela PPEMP (2011-2014), confirmando essa nova identidade da Educação Física, pelo menos nos documentos legais e pedagógicos.

Para além da organização curricular por áreas, o aspecto da avaliação vem se constituindo em um dos processos mais desafiadores da atual proposta, nos instigando a melhor compreendê-la.

AVALIAÇÃO EMANCIPATÓRIA

Como já descrito anteriormente, a Proposta Pedagógica para o Ensino Médio Politécnico e Educação Profissional Integrada ao Ensino Médio do RS (2001-2014) traz a avaliação emancipatória como um dos seus princípios orientadores dizendo que esta “parte de uma realidade sinalizando os avanços do aluno em suas aprendizagens e apontando, através do seu processo, os meios para superação de dificuldades” (RIO GRANDE DO



SUL, 2011, p. 20).

Segundo Saul (*apud* Rio Grande do Sul, 2011, p. 20) a avaliação emancipatória se caracteriza como “a consciência crítica da situação e a proposição de alternativas de solução para a mesma, constituindo-se em elementos de luta transformadora para os diferentes participantes da avaliação”. Fonseca (2015, p. 81) entende que a concepção emancipatória amplia a perspectiva formativa “com o propósito de mobilizar o senso crítico do educando individualmente e da escola como um todo, buscando a emancipação individual e institucional a partir de processos autoavaliativos.” Este tipo de avaliação se caracteriza por ser democrática e acompanhar o progresso do aluno no processo de aprendizagem ao longo do ano letivo, ou seja, um processo contínuo e participativo propiciando o tempo adequado de aprendizagem para cada um e para o coletivo.

Por isso, é interessante que o professor diversifique, durante seu fazer docente, o maior número de instrumentos avaliativos possíveis, pois os instrumentos avaliativos interferem diretamente na forma do aluno se expressar, pensando que cada um traz consigo uma bagagem cultural distinta. Mas diversificar não significa escolher aleatoriamente qualquer instrumento de avaliação. É preciso ter especificidade e intencionalidade para adequar esses instrumentos ao seu trabalho pedagógico, de acordo com as aprendizagens que deseja desenvolver (SILVA, 2012).

Uma das principais características da avaliação emancipatória é a auto avaliação a qual assume um aspecto de ajuste da aprendizagem na perspectiva de que o aluno é capaz de refletir sobre o seu próprio aprendizado (LUIS, 2012). Ainda sobre esse processo, a auto avaliação

não pode ser vista e desenvolvida apenas através da atribuição de uma nota ou conceito pelo próprio aluno, ao final do período letivo. Deve ser um exercício de tomada de consciência sobre os diferentes momentos experimentados diante dos desafios e ações travadas na busca da aprendizagem (FONSECA, 2015, p. 86).

Contribuindo para esta reflexão, Luis (2012) acredita que quanto mais os alunos participarem deste processo, explicando suas facilidades e dificuldades relacionadas as



suas formas de aprender e estudar, melhor poderá ser a intervenção do professor para ajudá-los a superar suas dificuldades e avançar nos seus interesses.

DECISÕES METODOLÓGICAS

A pesquisa desenvolvida teve como campo de investigação escolas estaduais de diferentes regiões do Rio Grande do Sul, através de uma metodologia de natureza qualitativa cujas estratégias utilizadas foram observação, entrevista semiestruturada, análise documental e diários de campo. O presente estudo trará a análise de informações colhidas através de entrevistas semiestruturadas, em duas escolas estaduais de uma cidade da fronteira oeste do Estado. Os colaboradores foram seis professores de Educação Física das respectivas escolas, os quais estão identificados através de letras para preservar suas privacidades. Os dados examinados evidenciam importantes aspectos sobre o processo avaliativo os quais passaremos a debater.

ANÁLISE E DISCUSSÃO

Olhares sobre a avaliação: ao serem questionados sobre como está a discussão sobre a avaliação emancipatória na escola, parece haver diferentes entendimentos e sobre essa concepção avaliativa. O professor EP responde: “*Acredito que caiu o padrão da avaliação, ela deveria ser mais rígida[...] ficou muito fácil para o aluno. O aluno tem muitas chances, muitas facilidades, [...] Porque a cobrança está cada vez menor, e os alunos perceberam isso. O aluno não está se preocupando em estudar muito, em fazer o melhor de si, [...] Isso vem fazendo, de certa forma, que o empenho deles venha caindo*”. Esse professor parece não ter bem clara a concepção da avaliação emancipatória, pois considera que desta maneira houve uma queda no padrão de avaliação e o que o verdadeiro conhecimento acaba por não ser bem avaliado tornando a vida do aluno mais fácil. Já o professor MD demonstra uma melhor compreensão quando diz: “*eu acredito que a avaliação emancipatória tenha como princípio um maior envolvimento dos alunos no processo [...]. Eu acredito nesse acompanhamento dia-a-dia, da avaliação contínua, não só de uma prova ou de um trabalho*”. Essa manifestação vai ao encontro da ideia de que “a



essência da mudança do paradigma da avaliação está no acompanhamento do processo de ensino, contínuo, participativo, diagnóstico e investigativo, singular – no tempo adequado de aprendizagem de cada um (FERREIRA, 2013, p. 201)”. Entretanto ainda para Ferreira (2013), ao encontro dos diferentes posicionamentos manifestados, a mudança precisa ser assumida pelos professores, mas para isso é preciso que estes compreendam e acreditem na inversão defendida.

Aspectos quantitativos x qualitativos: o Regimento referência das escolas de ensino médio politécnico da rede estadual (s/d) apresenta a expressão dos resultados na construção de aprendizagem dos alunos através de três conceitos expressos como resultado ao final de um trimestre e ao final do ano letivo, com o propósito de romper com uma avaliação pautada em números a qual classifica os estudantes. São eles: a) Construção Satisfatória da Aprendizagem (CSA) significando a aquisição dos conceitos necessários para o desenvolvimento dos processos de aprendizagem; b) Construção Parcial da Aprendizagem (CPA) significando a aquisição parcial dos conceitos e c) Construção Restrita da Aprendizagem (CRA) significando que houve uma restrita aquisição de conceitos para o desenvolvimento dos processos de aprendizagem. Ainda segundo o documento, a escola pode utilizar alguns meios como notas², anotações de suas produções e relatórios descritivos para chegar a um desses conceitos.

Trazemos então a fala de alguns professores que expressam suas dificuldades diante desta modificação no modo de avaliar. *“Eu fui um que retranquei o máximo possível porque é difícil, a gente vem 6, 7, 8 anos naquela avaliação, daqui a pouco modifica e tem que ser aquilo e pronto, acabou. [...] Mas como eu digo eu faço a avaliação em notas, na hora de passar pro boletim, no caso o caderno, aí a gente coloca conceito”*, deixando claro que utiliza uma avaliação quantitativa e depois transforma a nota em conceito, o que na verdade não significa que tenha havido um processo qualitativo. Já a professora TD declara: *“eu acho que se fosse a nota seria melhor porque um aluno que é 5 talvez seja o*

² Entendemos que esta proposta carrega uma dimensão contraditória, pois traz a avaliação emancipatória como meio de acabar com a classificação e a seleção dos estudantes, mas ainda permite que os professores utilizem esse meio para chegar a um dos conceitos.



mesmo aluno hoje que é 10 e eu acho que não é isso que nós esperamos né..., eu acho que isso tá confuso nessa avaliação". As declarações dos dois professores nos levam a constatar que os mesmos continuam operando sob uma lógica quantitativa. Nesse sentido somos desafiados a refletir sobre a dificuldade que tem sido compreender o que significa avaliar qualitativamente e nesse sentido superar a prática da avaliação vista como a medida da quantidade de conteúdos aprendidos. Para Hoffmann (1998), avaliar qualitativamente pressupõe uma análise qualitativa das possibilidades dos educandos em relação a determinados conhecimentos. Também implica no acompanhamento à caminhada do aluno como forma de encontrar subsídios para o processo mediador. Quanto ao tensionamento em relação aos registros através de conceitos,

neste caso, a troca da nota por conceitos não é uma voluntariosa forma diferente de dizer a mesma coisa. É a ideia de dizer alguma coisa diferente do que sempre foi dito, ou seja, comunicar o resultado de um processo, antes de ser apenas a constatação do que teria sido, teoricamente aprendido (FERREIRA,2013, p.202).

CONSIDERAÇÕES TRANSITÓRIAS

O objetivo deste trabalho era compreender como os professores de EFi percebem e praticam a avaliação a partir da perspectiva emancipatória presente nas orientações curriculares. Foi possível perceber, conforme os relatos, que alguns professores ainda não têm clareza sobre o que significa uma concepção emancipatória de avaliação e que ainda apresentam muitas dificuldades em trabalhar com conceitos no lugar dos números.

Os diferentes olhares sobre a Avaliação Emancipatória expressas neste estudo evidenciam alguns tensionamentos que nos instigam a indagar: - Diante das demandas que emergem da implantação de uma nova proposta curricular e dos atuais (des)mandos da gestão do Estado, como promover deslocamentos pedagógicos no âmbito da Educação Física no Ensino Médio?

REFERÊNCIAS

BRASIL. Parâmetros curriculares nacionais (PCNs). Linguagens, códigos e suas tecnologias. Ensino Médio. Brasília: MEC/SEF, 2000.



CASTELLANI FILHO, Lino. *Educação Física no Brasil: a história que não se conta*. Campinas, SP: Papirus, 1988.

FERREIRA, Vera Maria. Ensino Médio Politécnico: mudança de paradigma. In AZEVEDO, José Clovis e REIS, Jonas. *Reestruturação Curricular do Ensino Médio*. São Paulo: Fundação Santillana, 2013.

FONSECA, Denise Grosso da. Planejamento. In: FONSECA, Denise Grosso da; MACHADO, Roseli Belmonte. *Educação Física: (re)visitando a didática*. Porto Alegre: Sulina, 2015. p. 49-92.

GHIRALDELLI JR. Paulo. *Educação Física Progressista*. São Paulo: Loyola, 1988.

HOFFMANN, Jussara. Pontos e Contrapontos. Porto Alegre: Mediação, 1998.

_____. *Avaliação Mediadora*. 29. ed. Porto Alegre: Mediação, 2009.

LUIS, Suzana Maria Barrios. De que avaliação precisamos em arte e educação física? In: SILVA, Janssen Felipe da; HOFFMANN, Jussara; ESTEBAN, Maria Resa (Org.). *Práticas avaliativas e aprendizagens significativas: em diferentes áreas do currículo*. Porto Alegre: Mediação, 2012.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Estado da Educação. *Proposta pedagógica para o Ensino Médio politécnico e educação profissional integrada ao Ensino Médio – 2011-2014*. RS, 2011. p. 1-36.

_____. Secretaria de Estado da Educação. *Regimento referência das escolas de ensino médio politécnico da rede estadual*. RS. p. 1-26.

SILVA, Janssen Felipe da. Avaliação do ensino e da aprendizagem numa perspectiva formativa-reguladora. In: SILVA, Janssen Felipe da; HOFMANN, Jussara; ESTEBAN, Maria Teresa (Org.). *Práticas avaliativas e aprendizagens significativas: Em diferentes áreas do currículo*. 109. ed. Porto Alegre: Mediação, 2012. p. 9-22.